

# Psicologia em Pesquisa

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa>

## **Psicologia, assistência e educação dos excepcionais em jornais de Barbacena (1962-1978)**

### **Psychology, assistance, and education of the exceptionals in Barbacena's newspapers (1962-1978)**

### **Psicología, asistencia y educación de excepcionales en periódicos de Barbacena (1962-1978)**

Eduardo Henrique Marques de Oliveira<sup>1</sup>, Gabriela Viveiros Dornelas<sup>2</sup>, Isabela Corine  
Celestino Nogueira<sup>3</sup> & Rodolfo Luís Leite Batista<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Presidente Antônio Carlos. *E-mail:* [du-edu05@hotmail.com](mailto:du-edu05@hotmail.com)  
*ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-9600-9664>

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Presidente Antônio Carlos. *E-mail:*  
[gabriela.dornelas01@hotmail.com](mailto:gabriela.dornelas01@hotmail.com) *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-1188-7802>

<sup>3</sup> Graduada em Psicologia do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos. *E-mail:* [isa.nog00@icloud.com](mailto:isa.nog00@icloud.com)  
*ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-3008-5178>

<sup>4</sup> Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. *E-mail:* [rodolfo11b@ufjf.br](mailto:rodolfo11b@ufjf.br) *ORCID:*  
<https://orcid.org/0000-0002-3301-2441>

*Informações do Artigo:*

*Eduardo Henrique Marques de Oliveira*  
[du-edu05@hotmail.com](mailto:du-edu05@hotmail.com)

*Recebido em: 05/05/2022*  
*Aceito em: 13/11/2022*

**RESUMO**

Esta pesquisa documental descreve as relações entre Psicologia e Educação na Associação Barbacense de Assistência aos Excepcionais, entre 1962 e 1978, a partir de jornais locais. Os documentos caracterizam a organização administrativo-financeira e as atividades cotidianas da entidade. A associação objetivava prestar assistência médica, psicológica e pedagógica para pessoas excepcionais de Barbacena e região. Sua diretoria mantinha contato com especialistas e instituições brasileiras e estrangeiras. Nela, a Psicologia era entendida como uma ciência útil para promover ajustamento e integração do excepcional, quando aplicada com finalidade diagnóstica, terapêutica e orientativo-formativa. Este artigo contribui com a produção historiográfica acerca da Psicologia brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:**

História da Psicologia; Psicologia; Educação; Excepcional; Ajustamento.

**ABSTRACT**

This documental research describes the relationship between Psychology and Education in the Associação Barbacense de Assistência aos Excepcionais (Barbacense Association for Assistance to the Exceptional) between 1962 and 1978, based on local newspapers. The documents describe the administrative-financial organization and the day-to-day activities of the entity. The institution aimed to provide medical, psychological, and pedagogical assistance to exceptional people in the city of Barbacena and region. The directory board kept in touch with Brazilian and foreign specialists and institutions. In the association, Psychology was understood as a useful science to promote adjustment and integration of the exceptional person, when applied with diagnostic, therapeutic, and orientational-formative purposes. This paper contributes to the historiographical production about Brazilian Psychology.

**KEYWORDS:**

History of Psychology; Psychology; Education; Exceptional; Adjustment.

**RESUMEN**

Esta investigación documental describe la relación entre Psicología y Educación en la Asociación Barbacense de Asistencia a los Excepcionales entre 1962 y 1978 a partir de periódicos locales. Los documentos caracterizan la organización administrativo-financiera y las actividades cotidianas de la entidad. La asociación tenía como objetivo ofrecer asistencia médica, psicológica y pedagógica a personas excepcionales de Barbacena y de la región. El directorio mantenía contacto con especialistas e instituciones brasileñas y extranjeras. En ella, la Psicología fue entendida como una ciencia útil para promover el ajuste e integración de las personas excepcionales, cuando se aplica con fines diagnósticos, terapéuticos y orientativo-formativos. Este artículo contribuye con la producción historiográfica sobre la Psicología brasileña.

**PALABRAS CLAVE:**

Historia de la Psicología; Psicología; Educación; Excepcional; Ajustamiento.

A história da assistência e da educação de pessoas com deficiência<sup>5</sup> no Brasil tem sido marcada pela criação de instituições em que a Psicologia tem sido frequentemente empregada

<sup>5</sup> Os termos pelos quais as pessoas com deficiência têm sido tratadas sofreram modificações ao longo da história e documentam as diferentes concepções de assistência a elas oferecida. Na atualidade, o Estatuto da Pessoa com Deficiência considera que uma pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Lei nº 13.146/2015). Por se tratar de uma pesquisa historiográfica, este artigo opta pelo uso do termo ‘excepcional’. Embora a expressão não seja mais utilizada e possa ser vista de modo pejorativo na contemporaneidade, o uso do conceito ‘excepcional’ foi proposto e incentivado por Helena Antipoff para caracterizar as pessoas de desenvolvimento avaliado como abaixo ou acima da média da população – ou seja, os infradotados e os superdotados respectivamente (Domingues, 2011).

como uma ciência aplicada. No início do século XX, a ampliação do número de matriculados em escolas comuns e a influência do escolanovismo<sup>6</sup> possibilitaram que as práticas psicológicas<sup>7</sup> servissem para a cientificização da Educação. Esse contexto é exemplificado pela aplicação de testes psicológicos em estudantes para selecioná-los para classes especiais (Castro et al., 2005) e pelos trabalhos da psicóloga e educadora russo-brasileira Helena Antipoff na fundação da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, onde professores de alunos excepcionais ou com atraso escolar eram capacitados para adaptar sua atuação às necessidades desse público (Lourenço, 2011). Na segunda metade do século passado, o panorama se tornou ainda mais complexo, em razão de mudanças nas políticas educacionais ocasionadas pela legislação da época. Por exemplo, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/1961) dispôs de artigos especificamente à educação dos excepcionais. De igual modo, a Lei nº 4.119/1962 e o Parecer nº 403/1962 determinaram as normas de criação dos cursos de graduação de Psicologia e o estabelecimento de currículo mínimo, sendo que a orientação psicopedagógica estava listada entre as funções privativas desse profissional (Lei nº 4.119/1962, Parecer nº 403/1962).

Dentre as diversas instituições criadas nesse período, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) tem se destacado por sua abrangência territorial. A primeira dessas associações foi fundada por lideranças civis, políticas e religiosas em 11 de dezembro de 1954, no Rio de Janeiro (Jannuzzi & Caiado, 2013). A Apae foi projetada como uma entidade

---

<sup>6</sup> A Escola Nova compreende um amplo conjunto de críticas à educação tradicional feitas a partir do final do século XIX. Os intelectuais ligados a esse grupo – tais como Édouard Claparède e Jean Piaget – defendiam mudanças que “tornassem a escola mais humana e interessante para as crianças”, formando-as como cidadãos (Campos & Nepomuceno, 2011, p. 245). A Escola Nova defendia a centralidade e o caráter ativo da criança, que deveria ser o protagonista de seu desenvolvimento e das atividades escolares. Além disso, propunha que as práticas educativas buscassem orientação científica – particularmente, na Psicologia – para alcançar eficazmente seus resultados. O movimento escolanovista exerceu bastante influência na educação brasileira a partir da primeira metade do século passado. Nesse sentido, procurava-se formular e lançar um olhar científico sobre os problemas educacionais do país. Vale lembrar que a conceituação de ‘pessoa excepcional’, por exemplo, aconteceu em meio a esses debates, haja vista a trajetória acadêmico-profissional de Helena Antipoff.

<sup>7</sup> Por prática psicológica, define-se qualquer teoria e/ou intervenção de cunho psicológico que se fundamente sobre concepções ontológicas, epistemológicas e metodológicas próprias.

filantrópica destinada a promover o bem-estar e o ajustamento social das pessoas excepcionais em diferentes etapas da vida por meio da assistência, educação e trabalho. A primeira Apae buscou inspiração para seus objetivos e funcionamento na mencionada Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais e na estadunidense Associação Nacional da Criança Retardada (Jannuzzi & Caiado, 2013). Ela se propôs a colaborar na causa política dos excepcionais ao promover e divulgar conhecimento científico acerca do desenvolvimento humano e angariar receitas para a instalação de entidades semelhantes pelo país (Jannuzzi & Caiado, 2013). Diante do fortalecimento do movimento que veio à luz com a criação de Apaes pelo país, representantes de doze dessas associações criaram a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) em 10 de novembro de 1962 (Jannuzzi & Caiado, 2013). A federação nascia para dar organicidade política às ações empreendidas pelas Apaes e centralizar os contatos com os diferentes órgãos públicos e sociedade civil.

Em Barbacena, o cuidado ao excepcional passou por transformações a partir da iniciativa de um pequeno grupo de pais e educadores – liderados por Ítalo Sogno, Léa Paulucci Cascapera e Túlio Octávio de Araújo Lima – que fundou a Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais (Abae), em 31 de maio de 1962 (Drumond, 2015). Na cidade, os excepcionais eram então recebidos em hospitais psiquiátricos, uma vez que não existiam escolas especializadas e a assistência era predominantemente de cunho caritativo. Em seu início, a Abae objetivava prestar atendimento médico e educacional para crianças com síndrome de Down, em substituição ao atendimento exclusivamente médico até então prestado. Para tanto, foram estabelecidas parcerias com alguns médicos da cidade e assinados convênios com a Secretaria de Estado de Educação, que designava professoras especialistas na escolarização, recuperação e adaptação da aprendizagem do excepcional para trabalharem na entidade. A Abae mantinha classes especiais – também chamadas de classes clínicas – e oficinas pedagógicas em regime de semi-internato, pautadas pelas teorias de educação

emendativa difundidas na época<sup>8</sup> (Drumond, 2015). Essa associação contava com psicólogas e orientadoras educacionais que se ocupavam da aplicação de testes, de avaliação e/ou diagnóstico e da terapia do público atendido, bem como de prestar orientação a pais e professores de Barbacena e da mesorregião mineira do Campo das Vertentes (Drumond, 2015).

Sobre a legislação em vigor na época de criação da Abae, a Lei nº 4.024/1961, a primeira dedicada às diretrizes e bases da educação nacional, atribuiu somente dois artigos para a educação do excepcional, determinando que seu objetivo deveria ser a integração desse público à comunidade (Lei nº 4.024/1961). Jannuzzi e Caiado (2013) avaliam que o poder público era incapaz de garantir o ensino regular para os excepcionais de maneira satisfatória e, com essa lei, franqueou espaço para que ele pudesse ser prestado por instituições filantrópicas e privadas. A partir de então, as Apaes foram autorizadas a solicitar bolsas de estudo, empréstimos e subvenções a órgãos estatais, ainda que elas não tivessem sido criadas com finalidades exclusivamente educacionais. Em 1962, a Lei nº 2.610/1962 regulamentou o ensino especial em Minas Gerais ao introduzir as classes de ensino emendativo. Nesse estado, a Secretaria de Educação instruiu a classificação de crianças a partir de testes – psicológicos e psicopedagógicos – enviados às escolas, tipificando os alunos conforme os resultados alcançados (Machado, 1985). Tal modalidade de ensino poderia ser ministrada em classes e em escolas especiais para excepcionais e deficientes escolarizáveis. Para Borges e Campos (2018), a criação de classes especiais se sustentava sob o argumento de que elas garantiriam a escolarização apropriada aos excepcionais, mas, na realidade, contribuíram para a segregação desse público do convívio social comum.

---

<sup>8</sup> De acordo com Drumond (2015), essas classes de educação emendativa funcionavam conforme as determinações da Secretaria de Estado de Educação e eram frequentemente regidas por professoras orientadas pelos métodos emendativos de Ovide Decroly, Maria Montessori e Alice Descoedres.

No início da década de 1970, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada durante a Ditadura Militar, tratou da educação do excepcional em apenas um artigo acerca da denominada educação especial. De acordo com a Lei nº 5.692/1971, essa modalidade educacional deveria ser oferecida de maneira associada ao sistema regular de ensino para alunos que apresentassem deficiências físicas ou mentais, os que encontrassem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados (Lei nº 5.692/1971). Todavia, é válido ressaltar que, embora a legislação traçasse caminhos para a educação do excepcional no período, essa não era a realidade vivida na maior parte das cidades do país. Este artigo pressupõe que investigar a história de tais instituições e o papel assumido pela Psicologia em seu cotidiano se configura como uma importante tarefa para os interessados na relação que essa ciência estabelece com o domínio educacional.

Este artigo caracteriza a Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais e descreve as relações estabelecidas entre Psicologia e Educação nessa entidade a partir de jornais publicados na cidade mineira entre 1962 e 1978. Tal recorte temporal compreende o período entre a fundação da instituição estudada e as modificações na política nacional de assistência voltada aos excepcionais por parte do Ministério da Previdência e Assistência Social. Desse modo, este trabalho contribui ao apresentar uma instituição dedicada particularmente a pessoas com deficiência – na época, tratadas como ‘excepcionais’ –, que tem exercido papel relevante na assistência a esse público em âmbito local e regional. Outrossim, esta pesquisa auxilia a esclarecer a constituição de práticas psicológicas profissionais no interior do país e amplia a produção especializada acerca das articulações entre Psicologia e Educação (Antunes, 2012; Barbosa, 2012).

### **Método**

A pesquisa documental foi a principal estratégia metodológica empregada neste artigo. Realizar uma investigação histórica por meio de uma análise documental exige paciência e

dedicação, pois o estudo de fontes primárias se assemelha com a atividade de garimpagem, em que o pesquisador busca as informações úteis para seu trabalho (Pimentel, 2001). Para que a seleção dos documentos se realize de forma eficaz, a organização do material em função do objetivo de pesquisa e o empenho em suplantar a própria contemporaneidade para se mirar o passado são ações imprescindíveis (Sá-Silva et al., 2009).

Este trabalho considera que os jornais que circulavam em Barbacena ao longo do período estudado divulgaram informações sobre a Abae, bem como determinaram papéis da Psicologia no cotidiano dessa instituição, tornando-se fontes primordiais para investigação. Além disso, os jornais permitem conhecer outros aspectos do ambiente em que a entidade havia sido instalada. Para Barros (2021), os jornais são meios de comunicação e produtos culturais que atuam na elaboração e na divulgação de informações no contexto em que estão inseridos. Essa mídia impressa comunica ideais e valores significativos que interferem na sociedade (Barros, 2021); os jornais propõem e explicam narrativas sobre a realidade cotidiana, constroem uma história do tempo presente e participam da formulação de opiniões que afetam o comportamento social (Gregolin, 2007). Em uma mesma edição, os jornais publicam autores que expressam seus pontos de vista em distintas modalidades textuais (reportagens, ensaios e anúncios publicitários), sendo que sua parcialidade não os desqualifica como fontes documentais (Rezende, 2008). O caráter polifônico dos jornais configura ambientes de competitividade entre as empresas de comunicação e permite a construção de debates acerca do tema de interesse (Barros, 2021). A escolha de jornais barbacenenses como fontes primárias se justifica por facilitarem a obtenção de informações referentes a perspectivas de atores sociais inseridos no mesmo circuito espaço-temporal da entidade pesquisada. Dessa maneira, a presente investigação se soma a outras publicações em História da Psicologia que analisaram aspectos da consolidação dessa ciência e profissão em diferentes regiões brasileiras a partir de jornais (Batista et al., 2015; Cara et al., 2018; Scarparo et al.,

2013).

A pesquisa bibliográfica também foi utilizada para este estudo, visto que essa estratégia metodológica ajuda a contextualizar a produção e a disseminação dos documentos analisados (Pimentel, 2001). O estudo bibliográfico recolhe conhecimentos previamente produzidos sobre o objeto de pesquisa, estabelece diálogo entre fontes especializadas e, assim, permite melhor compreender o *corpus* analisado. Para este artigo, foram recolhidos artigos, capítulos de livro, dissertações e teses que abordassem a história da educação especial em Barbacena mediante a busca em sites acadêmicos, tais como *Scholar Google* e *SciELO*, e repositórios de universidades brasileiras. Essa estratégia metodológica permitiu que os autores se familiarizassem com o tema examinado e notassem informações relevantes que poderiam ter passado despercebidas na leitura dos documentos. Isso posto, os autores se ampararam na orientação de Machado (2018), segundo a qual a leitura cuidadosa dos textos, feita de forma repetitiva e amparada pela revisão da literatura, torna-se uma ferramenta valiosa também para a investigação histórica.

Para sua consecução, a presente pesquisa cumpriu as seguintes etapas: (1) construção do *corpus* documental; (2) leituras sistemáticas para identificação de informações presentes no material investigado; (3) elaboração de categorias de análise e (4) cotejamento dessas categorias com a literatura especializada.

O *corpus* de pesquisa foi construído de recortes de matérias publicadas pelos jornais *Cidade de Barbacena*, *Correio da Serra* e *Correio Mineiro*,<sup>9</sup> disponíveis para consulta no Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi. Esse centro de documentação foi

---

<sup>9</sup> O jornal *Cidade de Barbacena* foi criado pelo professor Emílio Gonçalves Júnior em 1897. Em sua história, o periódico esteve politicamente ligado aos Andrada e foi dirigido por diferentes gerações da família Gonçalves. A partir da década de 1990, esse jornal se transformou em diferentes publicações que ainda circulam pela cidade, dentre as quais se destaca o *Jornal de Sábado*, lançado em 1993. Em razão de desentendimentos políticos com o *Cidade de Barbacena*, José Bonifácio Lafaiete de Andrada estimulou a criação de um novo jornal na cidade: desse modo, o *Correio da Serra* foi criado em 1954, com o apoio desse político e sua família, tendo sido inicialmente alinhado à União Democrática Nacional. O *Correio Mineiro* foi criado por Alberto Augusto da Silva, em 1941. As referências consultadas não trazem outras informações sobre esse jornal.

criado como um órgão vinculado à Fundação Municipal de Cultura de Barbacena para preservar documentos históricos úteis a investigações científicas relativas à história local e regional (Resende, 2012). Os periódicos consultados publicavam diferentes notícias e informações relativas ao cotidiano barbacenense (Caetano, 2008). Na coleta de fontes, identificou-se que esse arquivo histórico guarda todas as edições desses periódicos produzidas ao longo do recorte temporal de estudo. Para selecionar as matérias a serem analisadas, os pesquisadores folhearam todos os números acumulados e fotografaram apenas os textos úteis a seu interesse. Nessa etapa, foram tabuladas dezenove reportagens, sendo que nenhuma delas havia recebido o tratamento analítico aqui proposto.

Em seguida, cada uma das matérias foi lida repetidas vezes, a fim de se identificar o maior número de informações possível. Ao longo das leituras, os pesquisadores se atentaram particularmente ao vocabulário utilizado no momento de produção dos documentos, evitando que eles fossem compreendidos de maneira anacrônica e/ou presentista. Eles anotaram dados concernentes ao gênero textual do recorte lido, pois, ainda que todos tenham sido publicados em jornais, foram selecionados reportagens e informes publicitários. Esse fato evidencia as múltiplas vozes e as diferentes funções cumpridas pelos jornais barbacenenses. Nesse momento do estudo, também foram feitos fichamentos que facilitaram a sistematização preliminar do conteúdo em perspectiva tanto cronológica quanto temática.

Mais tarde, passou-se à elaboração de categorias de análise, que focalizaram, com base nos jornais selecionados: (a) os objetivos e a organização administrativo-financeira da Abae e (b) as relações entre Psicologia e Educação ali empreendidas. Os autores procuraram construir categorias de análise “internamente homogêneas, coerentes e plausíveis” (Pimentel, 2001, p. 191). Tais categorias foram finalmente cotejadas com as informações recolhidas durante a revisão bibliográfica, tendo sido importantes as leituras a respeito da história de criação das primeiras Apaes (Jannuzzi & Caiado, 2013) e de uma instituição congênera em Barbacena

(Drumond, 2015) e do caráter aplicado da Psicologia à assistência e à educação dos ditos excepcionais (Antunes, 2006; Barbosa, 2012). Essa estratégia explicita a intencionalidade dos pesquisadores, facilitando a análise mais acurada do corpus documental.

## Resultados

### Os Objetivos e a Organização Administrativo-Financeira da Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais

Em setembro de 1963, o *Correio Mineiro* publicou que a Abae tinha “como finalidade estatutária proteção, assistência, educação e ajustamento social dos indivíduos excepcionais” (Associação Barbacenense, 1963, 15 de setembro, s.p.). Em meados da década seguinte, o *Cidade de Barbacena* resumiu essa tarefa como “atender à criança e ao adolescente excepcional”, assinalando que os serviços eram destinados prioritariamente ao público infanto-juvenil (Cidade de Barbacena, 1975, 23 de agosto, p. 1). Ainda que sem referenciá-lo, ambos os periódicos reproduziam excertos do primeiro estatuto da entidade, divulgando-o localmente. De acordo com Jannuzzi e Caiado (2013), o período estudado se caracterizava por uma concepção integrativo-adaptadora de deficiência, segundo a qual o excepcional deveria receber tratamento especializado para seu ajustamento à sociedade. Essa compreensão era a base dos modos de organização propostos pela Fenapaes e era replicado pelas entidades similares filiadas pelo país. No caso barbacenense, os jornais divulgavam que “a integração do menor excepcional na comunidade” era um direito a ser garantido, ainda que o processo fosse um desafio para seus familiares e sociedade (Cidade de Barbacena, 1975, 23 de agosto, p. 1). Para concretizá-lo, a integração social deveria ocorrer por meio da escolarização e da integração ao trabalho, sendo que era atribuído um papel de destaque às práticas psicológicas.

O *Cidade de Barbacena* apresentou o objetivo educativo da entidade como recuperar “as crianças mediante o ensino especializado”, visto que não havia atendimento escolar apropriado para esse público na cidade mineira (Cidade de Barbacena, 1967, 31 de agosto,

s.p.). Esse argumento repercute um dos artigos da Lei nº 4.024/1961, em vigor naquele período, que determinava que a educação era direito de todos e aconteceria no lar e na escola (Lei nº 4.024/1961). No título relativo à educação dos excepcionais, a lei ainda estabelecia que essa escolarização deveria, “no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (Lei nº 4.024/1961). Desse modo, evidencia-se o empenho da entidade barbacenense em suprir as limitações na implantação da legislação da época em contexto local. Em outra edição do *Cidade de Barbacena*, Léa Paulucci Cascapera sintetizou a perspectiva da entidade em relação ao problema educativo: “poucos são os [excepcionais] que conseguem fazer o ginásio, assim sendo, depois de o cursarem lá o antigo primário, saem, não com uma profissão estabelecida, mas sabendo qualquer trabalho, dentro de sua capacidade” (Cidade de Barbacena, 1975, 23 de agosto, p. 1). Tal trecho mostra a estreita relação colocada entre os domínios da Educação e do Trabalho como alternativa para a integração dos usuários da entidade na sociedade local. Nessa entrevista, a diretora-executiva afirmou também que a instituição buscava “lutar pela educação como um direito de todo cidadão”, em conformidade com a legislação em vigor, tal como exemplificado em: “se a educação é direito de todos, cabe a todos ajudar a quem se propõe a organizar algum trabalho no sentido, dando mais amor e compreensão” (Cidade de Barbacena, 1975, 23 de agosto, p. 1). Com essas palavras, ela procurava incentivar a comunidade local a se ocupar do direito dos excepcionais à educação formal.

Outro indício da finalidade educacional da entidade se refere a menções à Abae como uma ‘escola’ e seus usuários como ‘educandos’, ‘estudantes’ ou ‘alunos’, o que pode ser notado em: “A Abae, dentro de suas possibilidades, tem procurado atender aos objetivos e necessidades dos *educandos*, atendendo todos indistintamente, visando única e exclusivamente a integração da criança anormal na sociedade” (Cidade de Barbacena, 1975, 23 de agosto, p. 1, grifo nosso). Na mesma direção, uma das reportagens recebeu o título

“Abae: uma *escola* que luta pelo excepcional”, e outra “Ex-*aluno* da Abae integra-se ao comércio local” (Cidade de Barbacena, 1975, 08 de março, p. 1, grifo nosso).

O processo de integração social também acontecia por meio da ocupação dos assistidos pela Abae. Para isso, eram oferecidos cursos profissionalizantes e os jovens eram encaminhados para o trabalho em empresas parceiras na comunidade. Os cursos se prestavam a inserir os excepcionais em uma atividade laboral, que os auxiliava no orçamento doméstico e em seu convívio social (Cidade de Barbacena, 1975, 08 de março, p. 1). Em uma reportagem a respeito da contratação de um rapaz por uma ótica da cidade, argumenta-se que, embora as atividades da entidade fossem voltadas prioritariamente para o público infantil, havia certa preocupação em integrar os usuários no mercado de trabalho. Assim, a instituição:

Lutou sempre pela profissionalização dos seus alunos, nas diversas áreas, e contando com seu extraordinário corpo de auxiliares deu sequência ao serviço, criando as oficinas profissionalizantes, conseguindo que os menores se especializassem em couro, cerâmica, artes plásticas, encadernação, trabalhos em madeira. Não contente com isso, a Abae levou mais adiante seus objetivos, encaminhando seus protegidos a cursos de culinária e salão de beleza (Cidade de Barbacena, 1975, 08 de março, p. 1).

Essas oficinas articulavam a preocupação de colocar os jovens na vida profissional, o aperfeiçoamento de suas características individuais e a aprendizagem de atividades domésticas e de autocuidado. As atividades alcançavam êxito quando propiciavam “um melhor desenvolvimento de sua [do jovem] coordenação motora” e não eram percebidas como um ato caritativo ou “um gesto de bondade ou proteção, mas o gesto de um empregador para com seu empregado” (Cidade de Barbacena, 1975, 08 de março, p. 1). Essa citação corrobora a compreensão de Jannuzzi e Caiado (2013), segundo a qual a colocação de excepcionais no mercado de trabalho era um dos principais pilares da atuação das Apaes.

Em 1978, as finalidades da Abae se reconfiguraram a partir da implantação da então nova política de assistência aos excepcionais do Ministério da Previdência e Assistência Social. De acordo com Léa Paulucci Cascapera, em entrevista já mencionada:

Ao implantar nova política de assistência aos excepcionais, o Ministério da Previdência e Assistência Social, estabeleceu que as entidades convenientes prestadoras deste serviço devem, obrigatoriamente, ter em sua equipe técnica, um médico, um psicólogo e um assistente social (Correio da Serra, 1978, 22 de junho, p. 1).

Essa política pública determinava a equipe de profissionais da entidade em conformidade com seus fins de assistência médica, psicológica e pedagógica. Além disso, os usuários da Abae passaram a estar sujeitos à concessão de auxílios e de benefícios complementares, tais como o recebimento de próteses, órteses e medicamentos (Correio da Serra, 1978, 22 de junho, p. 1). Com efeito, este artigo corrobora as conclusões de Drumond (2015), que afirma que, dentro de suas possibilidades, a entidade barbacenense procurava realizar seus serviços em atenção aos princípios da Fenapaes e da política nacional de assistência, “visando única e exclusivamente a integração da criança anormal na sociedade” (Cidade de Barbacena, 1975, 23 de agosto, p. 1).

Os jornais consultados também documentaram a organização administrativa e as fontes de financiamento da Abae ao longo do período analisado. A diretoria da entidade era hierarquicamente composta de presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário, escolhidos a cada dois anos e responsáveis pelo cumprimento do estatuto e gestão da entidade. Em 1967, o *Correio Mineiro* publicou que “a Diretoria eleita se encontra[va] ... composta das seguintes pessoas: Presidente: Ítalo Sogno – Vice-Presidente: Dona Léa Paulucci Cascapera – Tesoureiro: Doutor Paulo Duarte Fontenelle – Secretário: Doutor Nestor Albino de Almeida Cyrino” (Correio Mineiro, 1962, 18 de agosto, p. 1). Em meados da década seguinte, a

entidade tinha “como presidente, o Dr. Márcio Sollero, DD. Juiz de Direito; como vice-presidente, o Professor Ítalo Sogno; Tesoureiro, o Sr. Túlio Octávio de Araújo Lima; Secretário, Sr. Érico de Oliveira; como diretora executiva está a Sra. Alvarina Dias Veludo” (Cidade de Barbacena, 1975, 08 de março, p. 1). A escolha daqueles que ocupavam tais cargos diretivos era feita pelos sócios da entidade, que se reuniam para eleições “em conformidade com o que prescrev[ia] o artigo 11 de seu Estatuto” (Cidade de Barbacena, 1975, 22 de fevereiro, p. 2). Nas situações relatadas, as diretorias foram formadas pelos pais que empreenderam a fundação da Abae, professores, médicos, juízes e outros personagens de destaque da sociedade barbacenense.

Para garantir a prestação de seus serviços, a entidade estava organizada em setores de atividade, quais sejam: “escolaridade, terapia da palavra, fisioterapia, programa médico, psicoterapia e oficinas pedagógicas” (Cidade de Barbacena, 1975, 23 de agosto, p. 1). Em razão da diversidade de ações, era necessário que dispusessem de profissionais capacitados. Em 1975, o *Cidade de Barbacena* registrou que a Abae mantinha:

Logopedista, três psicólogas, orientadores educacionais, assistente social, orientadora pedagógica, coordenadores oficiais, grande número de professores especializados, muitas vezes treinados em técnicas específicas e também voluntários do Corpo de Paz – EEUU – que contribuem durante dois anos com seus serviços gratuitamente (Cidade de Barbacena, 1975, 23 de agosto, p. 1).

Esse trecho explicita a importância da formação universitária para a assistência prestada pela Abae, denotando que a capacitação profissional era um atributo fundamental para o tratamento das pessoas excepcionais. Nessa direção, os usuários recebiam atenção articulada entre os profissionais, que procuravam atendê-los em perspectiva integral. Da mesma forma, as fontes documentais assinalam que essa equipe multiprofissional empreendia atividades individuais – especialmente o médico, a logopedista e as psicólogas – e grupais.

Ressalta-se que a formação universitária desses profissionais já estava regulamentada por diferentes normativas federais (Correio da Serra, 1978, 22 de junho, p. 1).

Os jornais evidenciaram que a sociedade barbacenense tanto participava da tomada de decisões quanto auxiliava financeiramente na manutenção da Abae. A comunidade apoiava a integração dos excepcionais no comércio local e oferecia descontos na compra dos materiais para as atividades cotidianas da associação. Ademais, as reportagens registraram a presença de membros da comunidade em eventos e sua participação nos debates acerca de ações implementadas em benefício dos usuários da entidade, bem como dos sócios que se ocupavam da eleição de sua diretoria. Os jornais ressaltaram a boa relação entre a associação e a comunidade em favor da assistência ao excepcional, tal como expresso em:

Quanto a contribuição da comunidade no trabalho da ABAE disse-nos a Diretora Executiva da entidade que existem contribuições financeiras dos sócios e que a Prefeitura Municipal fornece algumas professoras. Contudo, muito se poderia realizar, se se levasse em conta o que se realiza em outras comunidades, como organização de feiras e festas com o objetivo de angariar donativos para a causa (Cidade de Barbacena, 1975, 23 de agosto, p. 1).

Essa citação deixa entrever que a associação também contava com subsídios de instâncias do governo. Consoante ao noticiado pelo *Cidade de Barbacena*, a entidade gozava do abatimento de impostos e recebia subsídios municipais destinados ao pagamento de funcionários e à manutenção de sua estrutura física. Ocorria a adjunção de professoras primárias, que passaram a lecionar nas classes clínicas da instituição. Em relação aos órgãos estaduais, os jornais anotaram as receitas oriundas da Secretaria de Educação e de atividades de parlamentares barbacenenses. Desse modo, o *Correio Mineiro* publicou que “o deputado João Navarro encaminh[ou] à Assembleia Legislativa um projeto de lei estipulando verba de um milhão de cruzeiros em benefícios da Associação Barbacenense de Assistência aos

Excepcionais” (Correio Mineiro, 1963, 15 de setembro, s.p.). Vale informar que os jornais registraram a ação de outros políticos da cidade em favor da instituição – por exemplo, os deputados Bonifácio Andrada e Zezinho Andrada. Do governo federal, as verbas vinham do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que estabeleciam parcerias para a construção de obras e o pagamento da equipe de profissionais especializados:

Quanto a obtenção de verbas, informou-nos que são conseguidas pelo INPS que, por sinal, vem dando intensa cobertura à causa do menor excepcional. Os subsídios são feitos, através de convênios, classificando as escolas de acordo com o pessoal especializado. Esta ajuda é aplicada na folha de pagamento do pessoal. O Ministério da Educação fornece outras verbas, estas, destinadas às bolsas de estudo que vêm da Secretaria de Educação (Cidade de Barbacena, 1975, 23 de agosto, s.p.).

No entanto, em entrevista ao *Cidade de Barbacena*, a diretora-executiva da entidade salientou a dificuldade para se manter a associação em atividade, uma vez que “[as verbas] destinadas à construção ou reformas não são suficientes para um certo luxo, porém, a direção da escola se empenha no sentido de conseguir o melhor pelo menor preço, recorrendo ao comércio que se mostra sempre solícito” (Cidade de Barbacena, 1975, 23 de agosto, p. 1). De fato, a atividade da entidade era financeiramente mantida pelo apoio da sociedade civil e de órgãos públicos.

### **As Relações entre Psicologia e Educação na Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais**

Os jornais consultados descreveram a Psicologia como um domínio do conhecimento aplicado em favor do desenvolvimento e da educação do excepcional. Eles caracterizaram o público atendido pela entidade com termos que faziam parte do vocabulário científico da época, a saber: “excepcional” (Cidade de Barbacena, 1964, 26 de agosto, s.p.), “retardado

mental” (Cidade de Barbacena, 1967, 11 de novembro, s.p.) e “deficiente” (Cidade de Barbacena, 1971, 05 de fevereiro, s.p.). Em diferentes momentos, os jornais apresentaram definições desses termos, a fim de advertir a comunidade acerca do público atendido pela associação. Assim, o *Cidade de Barbacena* publicou uma definição segundo a qual:

O termo ‘excepcional’ é interpretado de maneira a incluir crianças, adolescentes e adultos que desviem acentuadamente para cima ou para baixo do nível dos indivíduos normais em relação a uma ou várias características emocionais, mentais, físicas ou sociais, ou qualquer combinação dessas, de forma a criar um problema especial com referência à sua educação, desenvolvimento e ajustamento (Cidade de Barbacena, 1964, 26 de agosto, s.p.).

[...] o excepcional [...] para cima, os bem-dotados e, para baixo, os de menor capacidade. Salientou que a anormalidade pode ser na área física, atingindo coordenação motora, dicção, audição, podendo ser o defeito inato ou adquirido posteriormente ou na área intelectual [...] (Cidade de Barbacena, 1975, 23 de agosto, p. 1).

Nos jornais, o termo ‘excepcional’ era empregado para se referir a pessoas de faixas etárias distintas que apresentassem faculdades psicológicas distintas de padrões previamente estabelecidos, tais como pessoas com capacidade cognitiva que as distinguísse – positiva ou negativamente – de um indivíduo dito normal ou pessoas com deficiências físicas que tornassem desafiadoras as ações cotidianas. Logo, a disseminação desse conceito pelos jornais pesquisados corrobora a influência do movimento apaeano em contexto local, sendo que sua utilização igualmente mostra o alinhamento da entidade às reflexões de Helena Antipoff (Drumond, 2015). Procurando uma nova forma de tratar as pessoas com deficiência, essa psicóloga e educadora russo-brasileira havia proposto o termo como alternativa de substituição de expressões que subjogavam indivíduos até então denominados de ‘retardados’

e ‘anormais’ (Jannuzzi & Caiado, 2013).

Do ponto de vista aplicado, os periódicos registraram que a Psicologia era utilizada com finalidades diagnóstica, terapêutica e orientativo-formativa no cotidiano da Abae. Entendendo que “a complexidade da natureza apresenta uma escala infinita de graus de desenvolvimento intelectual a par de uma variação muito grande de aptidões ou inaptidões físicas”, essa instituição ambicionava promover o excepcional por meio de atividades clínicas e escolares (Correio Mineiro, 1962, 18 de agosto, p. 1). Os serviços ali prestados não se limitavam ao “Curso Emendativo destinado às crianças retardadas ou portadoras de deficiências físicas ou intelectuais” (Cidade de Barbacena, 1963, 10 de março, s.p.) ou “apenas a dar uma instrução adequada possível a seus alunos, mas também preocupa[vam]-se com o fator psicológico dando assistência nesse sentido” (Cidade de Barbacena, 1975, 08 de março, p. 1). Na Abae, a Psicologia servia para intervir em características pertinentes na aprendizagem – escolar ou não – dos assistidos. Esse argumento aparece em:

As incidências de troca de letras não só em crianças como em adultos, omissão de letras na escrita e na fala, provocam problemas quando chegam na idade escolar. Enquanto em casa, passa como coisa engraçadinha, mas, no colégio, pode provocar [problemas] complexos (Cidade de Barbacena, 1975, 23 de agosto, p. 1).

Esse trecho assinala a importância de uma abordagem apropriada das características individuais do excepcional, deixando entrever que o conhecimento psicológico deveria ser utilizado para ajustar o usuário aos processos de escolarização, uma vez que a clientela assistida pela Abae “pode ser educada para uma vida independente, útil e feliz” (Cidade de Barbacena, 1967, 31 de agosto, s.p.). A promoção do excepcional também foi registrada em outro momento pelo Correio de Barbacena, que atribuiu às psicólogas o conhecimento especializado para estabelecer um “programa que ofereça à criança mentalmente atrasada a oportunidade de maior e mais eficiente desenvolvimento mental e social” (Cidade de

Barbacena, 1967, 31 de agosto, s.p.).

No que concerne a atividades do setor clínico, a então diretora-executiva Léa Paulucci Cascapera resumiu a assistência prestada com as seguintes palavras:

Após uma triagem pela assistente social, se o candidato tiver recursos, deverá contribuir, mas apenas para suprir as despesas que acarretam os que não têm condições materiais [...]. Prosseguindo, disse Dona Léa: Quando uma criança nos chega é passada por grupos de triagem, fazem diagnóstico levando a criança daí para uma programação especial, recebendo tratamento adequado de acordo com sua necessidade (Cidade de Barbacena, 1975, 23 de agosto, p. 1).

O jornal *Correio Mineiro* também registrou posteriormente que caberia às psicólogas da instituição proceder a um “diagnóstico através da avaliação das condições físicas, mentais e psicológicas”, para traçar estratégias para “reabilitação e o consequente desenvolvimento da programação terapêutica” (Correio da Serra, 1978, 22 de junho, p. 1). Tais excertos mostram que as práticas psicológicas estavam articuladas com a atividade de outros profissionais (assistentes sociais, médicos e pedagogos, por exemplo) e não se limitavam ao diagnóstico, mas serviam para a construção de estratégias terapêuticas.

Ressalta-se que as práticas psicológicas não eram empreendidas apenas sob enfoque individual, mas também existiam atividades grupais com vistas a integrar o assistido na comunidade. De igual modo, o *Cidade de Barbacena* relatou que a preocupação pelos aspectos ocupacionais do desenvolvimento do excepcional esteve presente desde a fundação da associação barbacenense, sendo que:

Em 1962, a ABAE sentiu a necessidade de organizar um pequeno trabalho ocupacional para seus alunos que já atingiam a idade adulta ou a adolescência e que precisavam mais que um nível comum de escolaridade. Iniciou, então, as pré-oficinas e, em 1964, já conseguiu que esses meninos bem treinados organizassem suas áreas

específicas. Em cada área, cada um manifestou sua habilidade e a ABAE conseguiu fazer com diversas firmas da cidade convênio para aproveitamento desses meninos em pequenos estágios. Uns foram para fábricas de bolsas, outros para setores de encadernação e tipografias. As meninas foram para salões de beleza (Cidade de Barbacena, 1975, 08 de março, p. 1).

Na mesma reportagem, o periódico divulgou que essas oficinas profissionalizantes “consequ[iam] que os menores se especializassem em couro, cerâmica, artes plásticas, encadernação, trabalhos em madeira [...] cursos de culinária” (Cidade de Barbacena, 1975, 08 de março, p. 1). Entendia-se que a preparação e a colocação no mercado de trabalho intervinham para a integração social e o desenvolvimento psicológico do assistido, o que permitia reconhecê-lo como um indivíduo socialmente produtivo.

Outra tarefa atribuída à Psicologia era a de fundamentar cientificamente as orientações dadas a pais e professores dos atendidos. As psicólogas da entidade deveriam acompanhá-los e informá-los a respeito da excepcionalidade de seus filhos (ou estudantes), uma vez que, “antes de mais nada, [é preciso] reconhecer que [a criança] é retardada” (Cidade de Barbacena, 1967, 11 de novembro, s.p.). A partir de então, elas auxiliariam os responsáveis “a reconhecer o tratamento para seus filhos” e a demanda acolhida, pois nem todos tinham conhecimento adequado sobre a assistência terapêutica, pedagógica e social ali prestada aos excepcionais (Cidade de Barbacena, 1967, 11 de novembro, s.p.). Nesse sentido, a entidade orientava os pais para a “recuperação da criança”, procurando estabelecer uma ação articulada com a família e promover o atendimento adequado ao público infanto-juvenil (Cidade de Barbacena, 1967, 11 de novembro, s.p.).

Além do acompanhamento de pais e professores, as psicólogas se ocupavam da orientação e da disseminação de informações durante os eventos realizados pela associação – em especial, a Semana Nacional da Criança Excepcional. Segundo o *Cidade de Barbacena*

(Cidade de Barbacena, 1964, 26 de agosto, s.p.), esse evento foi estabelecido durante a primeira edição do Congresso da Fenapaes em 1964, “com o fim de divulgar o magno problema de maneira bastante intensiva”. A Abae realizava localmente atividades de popularização do conhecimento científico acerca da excepcionalidade e de afiliação de novos sócios-colaboradores. Isso aparece explicitado no seguinte trecho do *Cidade de Barbacena*:

A Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais está empenhada no sentido de coordenar atividades que comemorem condignamente essa semana, estando programadas em Barbacena promoções para ampliação do quadro de sócios, angariação de fundos, palestras e uma Campanha Educativa que visa o esclarecimento das famílias e da comunidade para com aqueles seus componentes ‘diferentes’ ou ‘excepcionais’ (Cidade de Barbacena, 1964, 26 de agosto, s.p.).

De acordo com os documentos analisados, a comunidade barbacenense estaria mais propensa a se interessar pelas atividades da Abae se estivesse informada acerca das especificidades do desenvolvimento e da educação da pessoa excepcional.

Finalmente, esta pesquisa analisa que as relações entre Psicologia e Educação assinalam a preocupação da diretoria e da equipe da Abae em garantir o caráter científico-profissional da assistência ali prestada, o que levou a entidade a estabelecer contato e parcerias com instituições do Brasil e exterior. No começo do funcionamento da Abae, seus profissionais eram encaminhados para cursos sobre a educação do excepcional oferecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro:

Desde a fundação da ABAE em 1962, elementos têm sido enviados ao INEP – Rio de Janeiro para se especializarem através de cursos que constantemente se realizaram na área do excepcional. Também em outros Estados têm se realizado os mesmos cursos com a presença de professores da ABAE e até no exterior. Mesmo em Barbacena, o

Ministério da Educação tem financiado cursos, trazendo elementos especializados e aptos para transmitirem seus conhecimentos (Cidade de Barbacena, 1975, 23 de agosto, p. 1).

É bastante provável que esses cursos tenham sido subsidiados por convênios assinados entre a associação barbacenense e o Ministério da Educação. Essa citação também registra a participação da equipe barbacenense em eventos acadêmico-científicos em outros estados brasileiros, momento de partilha de seus conhecimentos e experiências profissionais. Em outra de suas edições, o *Correio Mineiro* registrou a visita feita pela psicóloga Helena Antipoff e outros especialistas por ocasião de uma jornada educacional promovida pela Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais em Barbacena:

Passarão em nossa cidade nos dias 21 e 22 de novembro [de 1964] numa Jornada Educacional promovida pela Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, a célebre educadora Da. Helena Antipoff e uma equipe de médico-educadores, artistas, agrônomos empenhados no estudo de atividades artesanais e seu aproveitamento na educação, terapia ocupacional e economia rural [...]. Do programa elaborado constam as seguintes atividades em nossa terra: dia 22 – domingo: visita às obras da ABAE e de Hospital de Alienados. À tarde: palestra do Dr. Luís Cerqueira, Dr. Hélio Alkimin e debates. Local: Auditório da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (Correio Mineiro, 1964, 21 de novembro, p. 3).

Tal visita corrobora o argumento de que a associação barbacenense se empenhava para se aproximar dos trabalhos realizados por Helena Antipoff e das instituições que ela havia fundado em Belo Horizonte e Ibirité, na região metropolitana da capital mineira. Vale informar que, antes de ir a Barbacena, a comitiva havia estado no Instituto de Psicologia e Pedagogia da Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras, na cidade vizinha de São João del-Rei, o que denota a construção de uma rede de trocas e parcerias entre profissionais

que se ocupavam da educação do excepcional em Minas Gerais<sup>10</sup> (Batista, 2021).

Durante o período investigado, as relações da Abae com órgãos públicos para a capacitação de profissionais também se estreitaram com a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (Cademe) e com o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp)<sup>11</sup>. Em consideração à necessidade de se promover uma formação qualificada para assistir os excepcionais, os jornais consultados documentaram os acordos firmados entre instâncias governamentais e instituições privadas para a promoção de eventos acerca de temas educacionais e psicológicos. Por exemplo, o *Cidade de Barbacena* noticiou curso para a preparação de regentes de classes especiais, ministrado por professores do Instituto de Psicologia Clínica, Educação e Profissional do estado da Guanabara. Nas palavras publicadas pelo jornal:

A Delegacia Regional de Ensino de Barbacena vai coordenar um curso para professores de alunos especiais no período de 31.01.1971 a 13.02.1971, promovido pela Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais e Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) (Cidade de Barbacena, 1971, 05 de fevereiro, s.p.).

Mais tarde, o *Correio da Serra* divulgou um convênio entre o CENESP e a Fundação Presidente Antônio Carlos, que mantinha um centro universitário em Barbacena, para a promoção de uma especialização da seguinte maneira:

---

<sup>10</sup> Embora não trate especificamente de Psicologia, outro indício do estreitamento de relações entre a associação barbacenense e entidades da capital mineira é a presença do professor Elizeu Nascimento Batista, foniatra do Centro Médico Psicopedagógico de Belo Horizonte em uma Semana Nacional da Criança Excepcional (Pelos excepcionais, 1967, 31 de agosto, s.p.).

<sup>11</sup> Em setembro de 1960, a Cademe foi instituída como uma ação subordinada ao Ministério da Educação com o fim de “promover educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade e sexo” (Decreto nº 48.961/1960). Em julho de 1973, foi criado o Cenesp para “promover em todo território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais” (Decreto nº 72.425/1973). Percebe-se que, nas décadas de 1960 e 1970, havia um interesse do Ministério da Educação em institucionalizar suas atividades em favor do excepcional a partir das disposições das leis de diretrizes e bases da educação então em vigor.

A Associação Barbacense de Assistência aos Excepcionais [...] em convênio com o MEC-CENESP-FUPAC, está realizando o 1º curso de especialização na área de Expressão para professores de alunos com deficiência de aprendizagem. O curso foi iniciado dia 15. Regime de funcionamento: sextas-feiras, 19 às 22:30 horas. Sábado de 8 às 11 horas – 13 às 17 horas (Correio da Serra, 1975, 15 de março, p. 4).

Descrever os contatos entre a Abae e outras instituições auxilia a compreender os papéis atribuídos à Psicologia no cotidiano da entidade barbacense. Percebe-se que o conhecimento psicológico produzido na capital mineira, dentre outros centros, chegava ao interior do estado e intervinha sobre os aspectos educacional e ocupacional da pessoa excepcional. Essas relações também sinalizam o reconhecimento regional da Abae poucos anos após sua criação.

### **Considerações Finais**

Este artigo conclui que a publicação de reportagens e informes publicitários sobre a Associação Barbacense de Assistência aos Excepcionais procurava pôr fim ao “desconhecimento [dos pais e da sociedade] de que já exist[ia] um serviço organizado através das Apaes” para as pessoas excepcionais” (Cidade de Barbacena, 1967, 31 de agosto, s.p.). Eles registraram que pouco havia sido até então feito em favor da integração desse público, apesar do desenvolvimento científico alcançado pela Medicina, Psicologia e Assistência Social. Em um dos documentos analisados, encontra-se que era “difícil admitir que hoje [...] continu[ass]em essas crianças sem possibilidade de se desenvolverem física, mental, social e espiritualmente” (Cidade de Barbacena, 1975, 08 de março, p. 1). Além disso, as mudanças pelas quais passava a sociedade interferiam sobre a educação e o desenvolvimento de oportunidades igualitárias para esses indivíduos. Esse cenário, descrito por jornais de diferentes matizes ideológicos, configurou um contexto favorável para a chegada do movimento apaeano a Barbacena e à aplicação da Psicologia para a educação e assistência de

peessoas excepcionais.

Os jornais também descreveram o público atendido e caracterizaram o local e as práticas empreendidas para a comunidade local. Eles documentaram que eram assistidas pessoas de diferentes idades, com prioridade para crianças, adolescentes e jovens. Nesse sentido, a Abae realizava trabalhos com “crianças retardadas portadoras de deficiências físicas ou intelectuais” (Cidade de Barbacena, 1963, 10 de março, s.p.). Para sua manutenção, a entidade contava com o apoio financeiro de membros da sociedade barbacenense – inclusive, políticos de relevo nascidos na cidade – e subsídios de órgãos governamentais. Evitando práticas caritativas, a associação estabeleceu ainda uma rede de colaboração mútua com diversos grupos intelectuais brasileiros e estrangeiros, aspecto que denota a contínua preocupação com o desenvolvimento científico-profissional da entidade ao mesmo tempo em que assinala a origem acadêmica das informações que a alcançavam. De fato, a Abae estava inserida em uma rede de circulação da Psicologia, que punha em relação capitais, cidades do interior brasileiro e cidades estrangeiras.

Os jornais documentaram que a Psicologia atuou como fundamento teórico-metodológico de práticas de assistência ao excepcional na Abae, o que pode ser exemplificado pela utilização do termo ‘excepcional’ e pelo frequente recurso a testes psicológicos para a avaliação e o diagnóstico das pessoas assistidas. As psicólogas da entidade atuavam em uma equipe composta de diferentes profissionais e provavelmente estabeleciam diálogos interdisciplinares com pedagogos, professores e médicos. Elas reconheciam a importância da relação entre educação e trabalho para a integração e o ajustamento dos excepcionais, valorizando a Psicologia como um domínio de conhecimento aplicado. Portanto, esta pesquisa amplia a caracterização da institucionalização da Psicologia como ciência e profissão no interior de Minas Gerais, em um período em que esse domínio do conhecimento estava em vias de regulamentação pela Lei nº 4.119/1962.

Finalmente, esta pesquisa mostra a importância metodológica de se investigar outros tipos de documentos que não aqueles que tenham sido produzidos exclusivamente pelo domínio científico-profissional para entender a profissionalização da Psicologia. Em outros termos, não é necessário estudar apenas prontuários e documentos administrativos, por exemplo, para conhecer a história de uma instituição e a presença da Psicologia em seu cotidiano. Desse modo, o estudo da imprensa escrita se revela como uma estratégia bastante profícua para a História da Psicologia. Espera-se que este artigo inspire novas pesquisas a respeito do papel da Psicologia na Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais e em outras instituições similares, com vistas a se analisar os processos cotidianos de profissionalização da Psicologia no Brasil na segunda metade do século passado.

## Referências

- Antunes, M. A. M. (2006). A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962): Sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. *Psicologia da Educação*, 22, 79-94. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752006000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000100005)
- Antunes, M. A. M. (2012). *A Psicologia no Brasil: Leitura histórica sobre sua constituição*. (5ª. ed). Educ.
- Barbosa, D. R. (2012). Contribuições para a construção da historiografia da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(num. esp.), 104-123. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500008>
- Barros, J. A. (2021). Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de História*, 52, 397-419. [https://doi.org/10.14195/0870-4147\\_52\\_17](https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_17)
- Batista, R. L. L. (2021). *Para educar a juventude: institucionalização e circulação de um projeto de Psicologia da Educação entre institutos salesianos de Itália e Brasil (1938-1959)* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Batista, R. L. L., Machado, M. N. M., & Gerken, C. H. S. (2015). A construção discursiva da autoridade e do saber salesianos no jornal Diário do Comércio de São João del-Rei em meados do século XX. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 28, 145-170. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6462>
- Borges, A. A. P., & Campos, R. H. F. (2018). A escolarização de alunos com deficiência em Minas Gerais: das classes especiais à educação inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24(ed. esp.), 69-84. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000400006>

- Caetano, R. D. G. S. (2008). *Barbacena: a cidade e o jogo político nas páginas dos jornais* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Juiz de Fora].
- Campos, R. H. F., & Nepomuceno, D. M. (2011). O funcionalismo europeu: Claparède e Piaget em Genebra e as repercussões de suas ideias no Brasil. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. Leal Ferreira, & F. Portugal (Orgs.), *História da Psicologia: Rumos e percursos* (pp. 243-264). Nau.
- Cara, B. S., Delmondes, G., Batista, R. L. L., & Miranda, R. L. (2018). Universidade e Psicologia no Diário da Serra: Alguns apontamentos para uma história da psicologia em Campo Grande. In A. M. Jacó-Vilela, F. Degani-Carneiro, & J. H. Q. Araújo (Orgs.), *Clio-Psyché – Saberes psi: novos sujeitos, outras histórias* (pp. 83-93). Juruá.
- Castro, A. C., Castro, A. G., Josephson, S. C., & Jacó-Vilela, A. M. (2005). Medir, classificar e diferenciar. In A. M. Jacó-Vilela, A. A., Leal Ferreira, & F. Portugal (Orgs.), *História da Psicologia: Rumos e percursos* (pp. 265-290). Nau.
- Cidade de Barbacena (1963, 10 de março). Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais [Reportagem]. *Cidade de Barbacena*, s.ed., s.p.
- Cidade de Barbacena (1964, 26 de agosto). Semana Nacional da Criança Retardada: 21 a 28 de agosto [Reportagem]. *Cidade de Barbacena*, s.ed., s.p.
- Cidade de Barbacena (1967, 31 de agosto). Pelos excepcionais [Reportagem]. *Cidade de Barbacena*, 6663, s.p.
- Cidade de Barbacena (1967, 11 de novembro). Apelo aos homens de boa vontade: Ajudem o retardado mental [Informe publicitário]. *Cidade de Barbacena*, s.ed., s.p.
- Cidade de Barbacena (1971, 05 de fevereiro). Professores para alunos especiais [Reportagem]. *Cidade de Barbacena*, s.ed., s.p.
- Cidade de Barbacena (1975, 22 de fevereiro). Abae – Convocação [Informe publicitário]. *Cidade de Barbacena*, s.ed., 2.

- Cidade de Barbacena (1975, 08 de março). Ex-aluno da Abae integra-se ao comércio local [Reportagem]. *Cidade de Barbacena*, 09/75, 1.
- Cidade de Barbacena (1975, 23 de agosto). Abae, uma escola que luta pelo excepcional [Reportagem]. *Cidade de Barbacena*, 33/75, 1.
- Correio da Serra (1975, 15 de março). Convocação [Informe publicitário]. *Correio da Serra*, s.ed., 4.
- Correio da Serra (1978, 22 de junho). Excepcionais terão melhor tratamento [Reportagem]. *Correio da Serra*, 1248, 1.
- Correio Mineiro (1962, 18 de agosto). Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais [Reportagem]. *Correio Mineiro*, s.ed., 1.
- Correio Mineiro (1963, 15 de setembro). Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais [Reportagem]. *Correio Mineiro*, s.ed., s.p.
- Correio Mineiro (1964, 21 de novembro). Jornada Educacional de Barbacena [Reportagem]. *Correio Mineiro*, 36, 3.
- Decreto nº 48.961 de 22 de setembro de 1960. (1960). *Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais*. Presidência da República. <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/83098-institui-a-campanha-nacional-de-educauuo-e-reabilitauuo-de-deficientes-mentais.html>.
- Decreto nº 72.425 de 04 de julho de 1973. (1973). *Cria o Centro Nacional de Educação Especial e dá outras providências*. Presidência da República. <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/61174-cria-o-centro-nacional-de-educauuo-especial-cenesp-e-da-outras-providencias.html>.
- Domingues, S. (2011). *O conceito de excepcional na obra de Helena Antipoff: diagnóstico, intervenções e suas relações com a Educação Inclusiva* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais].

- Drumond, A. C. (2015). *A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena e o atendimento às pessoas com Síndrome de Down (1962-1976): Diálogos com pestalozzianos* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Gregolin, M. R. (2007). Análise do discurso e mídia: A (re)produção de identidades. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 4(11), 11-25.  
<https://doi.org/10.18568/cmc.v4i11.105>
- Jannuzzi, G. M., & Caiado, K. R. M. (2013). *APAE: 1954 a 2011 – Algumas reflexões*. Autores Associados.
- Lei nº 2.610 de 08 de janeiro de 1962. (1962). *Contém o Código do Ensino Primário*. Governadoria do Estado de Minas Gerais.  
<https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-2610-1962-minas-gerais-contem-o-codigo-do-ensino-primario>
- Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. (1961). *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Presidência da República.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm).
- Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962. (1962). *Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamentação a profissão de psicólogo*. Presidência da República.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4119.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm)
- Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. (1971). *Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências*. Presidência da República.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm).
- Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. (2015). *Institui a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Presidência da República.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)
- Lourenço, E. (2011). *Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais – 1939- Sociedade Pestalozzi –*

- 1932-1939. In A. M. Jacó-Vilela (Coord.), *Dicionário histórico de instituições de Psicologia no Brasil* (pp. 438-440). Imago; Conselho Federal de Psicologia.
- Machado, M. A. C. (1985). As classes especiais em Minas Gerais a partir dos anos 1960. *Cadernos da Faculdade de Educação UFMG, 1*, 13-26.
- Machado, M. N. M. (2018). Em favor da análise do discurso. In M. N. M. Machado (Org.), *Práticas de análise do discurso* (pp. 205-208). Artesã.
- Parecer n° 403 de 19 de dezembro de 1962. (1962). *Parecer do Conselho Federal de Educação sobre currículo mínimo dos cursos de Psicologia*. Ministério da Educação e Cultura.  
[www.abepsi.org.br/portal/wpcontent/uploads/2011/07/1962-parecern403de19621.pdf](http://www.abepsi.org.br/portal/wpcontent/uploads/2011/07/1962-parecern403de19621.pdf).
- Pimentel, A. (2001). O método da análise documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa, 114*, 179-195.  
<https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/?format=pdf>
- Resende, E. M. (2012). Do debate político à notícia: imprensa periódica em Barbacena – séculos XIX e XX. *Mal-estar & Sociedade, 5*(8), 15-40.  
<https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/185>
- Rezende, G. J. (Org.). (2008). *Impasses e perspectivas da imprensa em Minas Gerais*. Universidade Federal de São João del-Rei.
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 1*(1), 1-15.  
<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>
- Scarparo, H. B. K., Sottili, T. S., Albert, C. E., & Jesus, L. O. (2013). Extra! Psicologia brasileira é notícia em 1962: breve tempo, sentidos duradouros. *Memorandum: Memória e História em Psicologia, 24*, 11-28.  
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6543>